



ATA 99

Aos sete dias do mês de março de dois mil e treze na Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, as quatorze horas, reuniram-se na Sala de reuniões com a Presidente do CONEDE-SC, Sra. Andréia R. A. Panchiniak (FCEE), com a participação dos Conselheiros Titulares e Suplentes presentes: Daiana Vieira da Silva (SST), Isabel Cristina Hammes (SST), Luis Antonio Caon (SST), Rosana Campigotto (SSP), Rita de Cássia Kleber (SED), Adriano Sousa (SES), Kelly Cristiny Cabral (SEA), Luciana Duarte (ASGF), Cristiana Erthal (ASGF), Fernanda Reis Augusto da Silva (ASGF), Maria Nilza Eckel (FEAPAES), Fabiano Jussaro de Jesus (FEAPAES), Amanda Pacheco Beck (APABB), Jean Carlos Reinert (FECEDDEF), Patricia dos Santos Bonfante (FECEDDEF), Leonardo Apolinário Inácio (ASCC), Jair Suavi (ADVIR), Jairo da Silva (ACIC), Carlos Roberto Sestrem (FECADDESC), Sérgio Luiz Celestino da Silva (COMDE-JOINVILLE), Alexandre Belino (Secretário do CONEDE). Conselheiros com ausências justificadas: Rosângela Laura Ventura Gomes de Castro (SOL), Graciela Krakecker (ASGF), Denise Aparecida Michelute Gerardi (APABB), José Augusto Meier Gochinski (FECEDDEF), João Carlos de Liz (FECEDDEF). 1. A Presidente do CONEDE iniciou a reunião, solicitando que os presentes se apresentassem. Após, a Sra. Andréia solicitou que a Sra. Márcia Lemkhul apresentasse o Plano viver Sem Limite (PVSL), onde iniciou falando sobre o embasamento legal do PVSL, sobre os eixos do referido plano, comentou que o grupo gestor estadual ao iniciar os trabalhos tinha expectativa de que viessem mais recursos financeiros. Apresentou dados estatísticos sobre a população de pessoas com deficiências (PcDs) no Brasil de acordo com a censo 2010, mostrou que uma das proposições do plano é criar um banco de dados único a nível estadual sobre as PcDs, que inclusive a FCEE já está implantando um banco de dados e que a proposta do PVSL é que isto seja integrado entre as secretarias do Estado de Santa Catarina. Exibiu as diretrizes do plano e comentou sobre a dinâmica das reuniões do grupo gestor estadual para elaboração do projeto para assinatura do PVSL no Estado, que foram várias reuniões com a FCEE e a SES coordenando. Após isto, a Sra. Márcia apresentou o Projeto Estadual do PVSL onde no item educação a conselheira Sra. Rita Kleber disse que a SED já está se mobilizando para capacitação de servidores para atender à pessoa com deficiência. No item saúde, foi informado as distribuições do Centros Especializados e Reabilitação (CER), conforme projeto disponibilizado pela Coordenadora da Área Técnica da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Estado da Saúde, Sra. Jaqueline Reginatto, onde o conselheiro Sr. Jean e o Sr. Fabiano, questionaram sobre os critérios e quais deficiências seriam contempladas pelo CER, onde a representante da ATCP e Gerente do Centro Catarinense de Reabilitação, Sra. Rita de Cássia Paula de Souza, informou que no caso do CCR este seria credenciado como CER II e que contemplará as deficiências visual e física e que nos demais CERs espalhados pelo Estado iria solicitar esta informação à coordenadora da ATCP, Sra. Jaqueline Reginatto que iria repassar por email ao CONEDE, uma vez que foi ela quem definiu as deficiências que seriam contempladas. Porém mostrou que no projeto as deficiências auditiva, visual, física e intelectual seriam contempladas pelos CERs. A Sra. Márcia disse que em São José a FCEE já trabalha como um CER, mas que ainda não é credenciada como tal. A conselheira Sra. Luciana, perguntou em qual tipo de CER abrigará a deficiência auditiva, onde a Sra. Márcia respondeu que será o CER IV e a Sra. Rita de Cássia P. de Souza, informou que repassaria a instrução normativa por email a Sra. Luciane. A Sra. Andréia, falou sobre a estrutura existente para o atendimento desta deficiência atualmente no Estado. A conselheira Sra. Daiana, falou sobre o modelo que o Estado adota atualmente para implantação das residências

inclusivas, que o único município que fez o termo de aceite adequadamente foi São José e que em princípio, seria o Orionópolis e o Lar São Gabriel. A Sra. Márcia disse que no caso do Projeto do PVSL, as residências inclusivas serão para todas as deficiências. A Sra. Maristela, falou sobre o BPC, que o trabalhador que sai do emprego retorna a receber BPC. A Sra. Andréia, falou que o CONEDE recebeu material informativo sobre o BPC por email e que seria interessante que todos divulgassem. A Sra. Maristela colocou que o SINE não tem hoje, funcionário capacitado para libras e que recebem esta demanda e ressalta que seria interessante para SST esta capacitação apresentada no projeto do PVSL. A conselheira Sra. Patrícia, criticou a dinâmica de apresentação do projeto do plano, pois segundo ela, deveria ter lido o projeto anteriormente à apresentação, comentou que considerou as ações do projeto Estadual do PVSL muito abertas e questionou: sobre o que realmente será implantado até 2014?, se de fato os municípios estão na dependência do governo do Estado para aderir ao PVSL?, como foi estabelecido o plano geral do PVSL? e que é papel do CONEDE fiscalizar. A coordenadora do PVSL, Sra. Márcia então informou que a questão orçamentária é difícil, que a FCEE depende de orçamento do Estado, que o levantamento feito serviu para nortear a confecção do PVSL e que em relação ao prazo para implantação do viver sem limite acha que será dilatado. O conselheiro Luís A. Caon, informou que foi o governo federal que propôs o termo de adesão do plano e que neste termo prevê a alteração do orçamento, que os municípios não dependem da adesão do Estado. Falou que a exemplo do que houve no programa do crack, onde foi apresentado um projeto, que acredita que o PVSL poderá ser da mesma forma. O conselheiro Sr. Sestrem, questionou sobre como ficarão as associações, pois para ele, se haverá contrapartida do Estado, o movimento associativo será abolido e que o paradesporto não recebe a atenção que deveria. O Sr. Sérgio Celestino e a Sra. Nilza, esclareceram que esta contrapartida não implica na extinção das associações. E quanto ao item acessibilidade, este conselheiro reforçou a necessidade de capacitação dos engenheiros e arquitetos das secretarias de Estado. A Sra. Márcia, informou que esta situação esta contemplada na proposta geral do projeto e que concorda com o Sr. Sestrem, quanto à falta de atenção dispensada ao paradesporto. A conselheira Sra. Kelly, perguntou quem participou da comissão estadual do PVSL e se o CONEDE foi convidado e que tem dúvidas quanto à execução do plano, onde o Luis Antonio Caon explicou quais as secretarias que participaram da confecção do projeto, e que o CONEDE acompanhou como convidado pela SST. O Sr. Leonardo, disse que o Estado está sempre atrasado e questiona se a FCEE ainda funciona como um centro de referência da Pessoa com Deficiência Visual, ao que lhe foi respondido pela Sra. Márcia que sim. Leonardo disse que muito me impressiona, pois a apresentação do PVSL foi sem nenhuma acessibilidade, pois, já havia sido combinado de recebermos por email para que pudéssemos ter lido antes e fazer sugestões hoje, ou que pelo menos trouxessem o material da apresentação em braile para que as pessoas com deficiência visual pudessem acompanhar, será que não existem profissionais que possam fazer esse trabalho na Fundação? Porque se faltar, existem profissionais competentes na ACIC que possam realizar este trabalho. Ainda penso, que os técnicos que participaram da confecção do projeto se julgaram autossuficientes para definir as propostas do PVSL. A presidente do CONEDE, Sra. Andréia, solicitou que os conselheiros que quisessem enviar sugestões para o PVSL o enviassem e que encaminharia ao grupo gestor. O Caon, sugeriu que o CONEDE estabeleça uma comissão interna para acompanhar as propostas. No item assuntos gerais, propõe a aprovação da ata 98, Nilza disse que fez uma pequena alteração, posta em votação, todos aprovaram. Após a Sra. Andréia leu as respostas aos ofícios enviados: para contratação de intérprete de libras, onde informou que a SST contratará para as plenárias, que a resposta da SST para ofício sobre o embasamento legal para o PVSL, onde esta secretaria reconheceu que houve equívoco no caso de ter colocado CONADE ao invés de CONEDE no decreto, e que fará a correção. A conselheira Kelly, disse que a fundamentação foi feita em lei revogada e disse que seria discricionário o Estado optar apenas pela participação de seus entes na confecção do plano. O conselheiro Sérgio, colocou seu ressentimento em não poder participar do comitê gestor e disse que o CONEDE deve insistir em participar. Após leitura de resposta da SST ao ofício do Conede para compor o comitê gestor de ações do plano viver sem limite do Estado de Santa Catarina, foi negado o pedido, sendo reconhecido um equívoco na resolução referente às prestações de contas

das ações, onde constou que estas seriam encaminhadas ao Conade e não ao Conede; assim, a Secretaria de Assistência Social fará a publicação dessa errata à resolução. Seguiu-se à leitura do documento uma discussão de qual será o papel do conselho nas ações do plano no Estado. Após algumas considerações, a presidente Andréia colocou em votação as seguintes possibilidades: o Conede participará deste Comitê de qualquer forma, mesmo sendo somente convidado; ou encaminhamos ofício insistindo na solicitação de compor o comitê gestor, além de outras ações, como conversas diretamente com o Ministério Público e com a ALESC, no sentido de garantirmos apoio para esta demanda. Feita a votação, foram contados 4 votos para a primeira possibilidade e 6 votos para a segunda possibilidade, havendo ainda duas abstenções, do conselheiro Jairo e da conselheira Isabel. Fica então deliberado que encaminharemos um novo ofício dizendo que mesmo não havendo a obrigatoriedade do conselho compor este Comitê, queremos estar fazendo parte. A conselheira Patrícia propõe encaminhamento, de a presidência agendar com MP, Comissão da ALESC e com o secretário da SST, para conversa sobre essa participação do Conede nas ações do plano no Estado de Santa Catarina, mas que deverá ser levado pelo menos dois conselheiros da sociedade civil e 2 conselheiros do governo. A conselheira Kelly propõe que também deverá ser encaminhado o ofício para a Casa Civil do Estado, sendo aprovadas todas as proposições por todos os conselheiros. A conselheira Kelly propõe que seja informado no início de cada reunião sobre os retornos das deliberações da reunião anterior. A presidente Andréia aprova a proposição e inicia as informações: Traz que enviou um e-mail para a responsável pelo SC acessível, para ter conhecimento das ações e aproximar o conselho, como tinha sido proposto pelo Mário, convidado da última reunião, mas não obteve resposta e então estará encaminhando ofício. A conselheira Kelly propôs que todos os órgãos públicos sejam oficiados com uma apresentação do conselho colocando-o à disposição para as ações referente às pessoas com deficiência. O Conselheiro Caon ressalta a importância que deste ofício, juntamente do qual devem ser encaminhadas as datas das plenárias do conselho, para o MP e para a comissão dos direitos da pessoa com deficiência da ALESC, para que venham participar, a fim de esclarecer e facilitar muitas ações. A conselheira Sara informou que na Comissão de Assistência, a conselheira Mônica, representante da SST, participou de uma reunião chamada pelo MP demais Secretarias, para a organização de um material para os promotores conhecerem os benefícios e redes de apoio às pessoas com deficiência, sugerindo ao MP que chamasse o Conede para participar desta ação nas próximas reuniões. A presidente Andréia informa, ainda, que sobre a audiência pública das escolas particulares, a ALESC agendou para o dia 10 de abril, em um plenário com capacidade para 120 pessoas, porém, a comissão de capacitação entende que o plenário não é adequado para este evento, já que é uma audiência para todo o Estado, sugerindo alteração do espaço e, da mesma forma, do horário, para que a audiência seja realizada preferencialmente no período da tarde. Todos concordaram e a Presidência fará este contato com a Comissão de Acessibilidade da ALESC. A presidente informou ainda que, com relação ao retorno ao ofício da instrução normativa, ainda não foi respondido oficialmente, mas conversou ontem com a Mirani da SST que disse que é uma instrução norteadora e não que é uma instrução normativa. A conselheira Kelly questionou sobre a deliberação da última plenária de as reuniões do conselho serem em dois dias, já que acabou sendo convocada para apenas esta data. A Presidente Andréia responde que o Conede recebeu, como os demais conselhos desta secretaria, uma CI sobre liberação de diárias para somente um dia de reunião por mês. Questionou-se à Presidência, então, se a solicitação para os dois dias havia sido realizada, principalmente em função da informação recebida pelos conselheiros Leonardo, Patrícia e Kelly de que outros conselhos reuniram-se mais de uma vez no mês em curso e receberam as diárias normalmente. Andréia responde que devido o recebimento desta CI não enviou solicitação de pagamento para dois dias. Vários conselheiros questionaram e registraram discordância em relação ao não cumprimento, por parte da Mesa, da deliberação tomada em Plenária, ressaltando, novamente, que todas as ações devem ser tomadas e encaminhadas por escrito. Após discussão entre os presentes deste não cumprimento, por parte da Presidência do Conede, a esta deliberação, a conselheira Patrícia propõe que todas as deliberações das reuniões devem ser pontuadas no final de cada reunião, tendo a presidente Andréia concordado com a proposição. Andréia pergunta se a próxima reunião será em dois dias? Todos

manifestam-se positivamente, ficando assim então deliberado. A presidente Andréia faz a leitura dos convites da Assembléia Legislativa, de homenagem do CREA do Estado e também do dia internacional da mulher. Também apresentou um projeto de desfile moda de pessoas com e sem deficiência, que acontecerá no shopping Beira mar, para que o conselho seja parceiro desta ação, o que foi aprovado por unanimidade. Os conselheiros solicitaram que seja enviado por e-mail o projeto deste desfile. Andréia esclarece que articulou junto ao Gabinete da SST e Gerencia responsável pelas diárias, encaminhando CI argumentando quanto a necessidade de que as Comissões do Conselho se reúnem em dois dias, o que foi atendido e aceito. Andréia fala da Feira Internacional REATECH, que acontecerá de 18 a 21 de abril em São Paulo, perguntando se alguém tem interesse em estar indo representar o Conede. Manifestam interesse os seguintes conselheiros: Patrícia, Nilza, Isabel, Sara, Jean, Sergio e Luciana. Será solicitado à SST o pagamento das despesas para a ida de 4 pessoas, então, decidiu-se pela realização de um sorteio, tendo sido contemplados, na seguinte ordem: Isabel, Sergio, Sara e Nilza. Assuntos gerais: O conselheiro Caon informou que o presidente da comissão de acessibilidade da Assembléia realizou uma reunião com o secretário da SST, fazendo uma explanação das pessoas com autismo, de onde surgiu a idéia de uma comissão que deverá levar para as demais secretarias e discutir metas a médio e longo prazo. Na ocasião, houve a solicitação de que o Conede faça parte também da composição desta comissão, a qual será nomeada por portaria do secretário, sendo necessário, para tanto, o envio dos nomes de dois conselheiros que se interessam em fazer parte, Foram colocados à disposição os nomes das conselheiras Sara como sociedade civil e Amanda como representante do governo. A conselheira Kelly ressaltou a necessidade de que tais solicitações e encaminhamentos sejam feitos por escrito, evitando o desencontro de informações e o prejuízo às ações do conselho, o que tem sido recorrente. O conselheiro Jairo traz como solicitação ao conselho apoio ao projeto de um seminário da FECEC e da ACIC, que estão organizando para maior visibilidade no estado, cujo tema a ser tratado será tecnologia assistiva e cidadania da pessoa com deficiência visual. Também informa que no próximo sábado, dia 09 de março, acontecerá um encontro de mulheres cegas na ACIC, tendo sido solicitado que deste encontro sejam enviadas maiores informações para o e-mail dos conselheiros. Falou, ainda, sobre o posicionamento da FECEC e da ACIC sobre o fato de pessoas com visão monocular serem consideradas pessoas com deficiência visual, solicitando verbalmente espaço na próxima pauta, para que seja tirado um parecer do Conede, tratando do decreto e da súmula, o que foi aprovado por unanimidade. A presidente Andréia pede informações da reunião que aconteceu no período da manhã de ontem, aos conselheiros Kelly, Leonardo e Patrícia, que estiveram presentes, falando que o conselho não foi oficializado e que gostaria de saber o que foi decidido, já que sabia que foi tratado da resolução normativa. As conselheiras Kelly e Patrícia esclareceram que foi uma reunião da sociedade civil, aberta a todas as entidades que compõe os mais diversos conselhos e que, portanto, não trataria a respeito do Conede, diretamente. Ressaltaram, da mesma forma, que a informação foi repassada por telefone à Presidente apenas a título de convite, da mesma maneira informal com que foram convidados todos os demais, justamente por não tratar-se de reunião vinculada a este conselho. Além disso, colocaram que, sobre a instrução, receberam a informação de que os demais conselhos ainda não se manifestaram, mas que os representantes das entidades estão a par da situação e levarão o assunto às plenárias. Da mesma forma, foi definida a realização de um Fórum do movimento social, para o qual serão novamente convidadas todas as entidades. A presidente agradece pela colaboração e presença de todos, mas devido o horário deixa para tratar sobre as comissões no próximo encontro, encerrando a reunião. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a reunião e solicitou a nós, Adriano Sousa e Leonardo Inácio Apolinário, secretários *ad hoc* que lavrassem a presente ata que será enviada aos conselheiros e será assinada pelos presentes. Florianópolis, 07 de março de 2013.

“CONEDE – PLANTANDO AS SEMENTES DA IGUALDADE”